

Os alicerces econômicos do Brasil atual: heranças de Fernando Henrique Cardoso para seus sucessores

GIORDANO CARLO PAIOLA *

Resumo: Apesar da grande corrente de informações presente na mídia, o eleitorado brasileiro é pobre em recursos de interpretação política da conjuntura em que vive. Tomando por base a demonização pregada por adversários sobre o período de governo de FHC, o presente trabalho vem identificar os principais pontos desse governo que permanecem como alicerces da política macroeconômica atual. Fernando Henrique seguiu preceitos de uma corrente internacional que se aproximava do neoliberalismo e assumiu-os para enfrentar problemas e crises. Apesar do crescimento pífio e diversas turbulências no mercado internacional, o período foi marcado por muitas mudanças econômicas internas, tais como: estabilização da moeda, desestatização de empresas públicas, controle da inflação, saneamento dos bancos e outras empresas estatais, reforma previdenciária, adoção de metas inflacionárias, adoção do câmbio flutuante etc. Considerando-se o atual cenário político-econômico nacional e internacional, fica difícil imaginar que muito da situação econômica de hoje não existia há 15 anos, como o controle da inflação. Faz-se necessário o reconhecimento pelos feitos e difusão da autoria dos programas econômico-financeiros que sustentam a economia brasileira há mais de uma década.

Palavras-chave: Administração Pública; Neoliberalismo; Políticas Econômicas; Privatizações; Inflação.

Abstract: Despite the great flow of information in the media, the Brazilian electorate is poor in resources to political interpretation of the conjuncture in which they live. Based on the demonization preached by opponents about the period of Cardoso's government, this work aims at recognizing the main points of this government that remain as foundations of the national macroeconomic policy. Fernando Henrique Cardoso followed international precepts that approached the neoliberalism and took them to address the problems and crises. Despite the slow growth and several turbulence in the international market, the period was marked by many internal economic changes, such as monetary stabilization, privatization of public enterprises, inflation control, reorganization of banks and other state enterprises, pension reform, inflation targeting, adoption of floating exchange rates etc. Considering the current political-economic environment, it is difficult to imagine that much of today economic situation did not exist 15 years ago, such as inflation control. It is necessary to recognize the actions and the authorship dissemination of the economic and financial programs that support the Brazilian economy for more than a decade.

Key words: Public Administration; Neoliberalism; Economic Policy; Privatization; Inflation.



* **GIORDANO CARLO PAIOLA** é Pós-graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Maringá em parceria com o PNAP/UAB.

Introdução

A incipiência do conhecimento técnico-político do eleitorado brasileiro tem sido aproveitada por políticos em períodos de eleição há tempos. Boa parte da população do país não detém subsídios para interpretar de maneira não superficial a atuação de um dado governo, especialmente a atuação econômica e, conseqüentemente, é incapaz de compor opiniões apartadas de calúnias e falsas denúncias, geralmente apregoadas por adversários políticos. O governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, não foi uma exceção desse contexto.

Em meio a debates e propagandas eleitorais, FHC é citado por adversários políticos como aquele que vendeu o país aos estrangeiros (por meio da política de privatizações) e continuaria fazendo isso até hoje se nada o tivesse impedido. Essa caracterização no complexo mundo decisório eleitoral da população do Brasil intensifica-se a cada comparação com os governos sucessores, de tal forma que muitos de seus aliados já não admitem mais em rede pública o apoio às políticas econômicas de Fernando Henrique, tão incrustrada esta ideia está na sociedade pela sua viciosa repetição.

Para Velasco Junior (1999), Fernando Henrique, juntamente com seus antecessores (Sarney, Collor e Itamar Franco), realmente executou uma série de privatizações de empresas outrora em posse do governo. Contudo é necessário discernimento para não crer na demonização dessa prática. Respeitando-se as devidas particularidades, o governo Lula, que gozou de alto prestígio popular, manteve a política macroeconômica de FHC e também incluiu em suas ações processos de desestatização, de acordo com Leite Júnior (2009). Este mesmo

autor destaca que muitas das políticas econômicas de Fernando Henrique, bem como reformas, servem até hoje como pilares da economia brasileira.

A eleição de FHC trouxe consigo a concretização de alguns conceitos neoliberais no Brasil, concomitantemente ao fim da transição político-institucional para a democracia (SALLUM JUNIOR, 1999).

Segundo Leite Júnior (2009), durante o governo FHC foi promovida a reforma da Previdência Pública, a proibição da indexação nos contratos trabalhistas, o fim do monopólio em áreas estatais de energia, siderurgia e telecomunicações, o seguimento do Plano Nacional de Desestatização, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, a flexibilização do câmbio, o Sistema de Metas de Inflação e outros. Contudo, o carro-chefe de Fernando Henrique foi o Plano Real, criado ainda quando Ministro da Fazenda de Itamar Franco, e que lhe rendeu a eleição ao poder em 1994.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as principais políticas econômicas do período do governo de FHC e apresentar os resultados referentes à sua atuação como gestor, bem como os resultados da política de privatizações que vigorou durante seus mandatos, a fim de esclarecer as reais dimensões dessa prática no que tange ao cenário econômico do Brasil, evidenciando a realidade por trás do que é contado nas campanhas eleitorais. O trabalho não pretende ser um aprofundamento acerca do tema, mas, ao contrário, ser sucinto suficientemente para servir de subsídio na formação de uma opinião sem estereótipos, seja no meio acadêmico ou, por meio da disseminação de informações, no meio social.

Metodologia

Este artigo trata das questões pertinentes aos seus objetivos através da análise crítica de diversas opiniões acerca do assunto abordado, valendo-se de método indutivo a fim de inferir conceitos amplos sobre privatização e neoliberalismo, bem como todo o período de governo de FHC, a partir da análise tópica de diversos fatores constituintes do tema (MARCONI; LAKATOS, 2010a).

As opiniões consideradas para o presente trabalho foram selecionadas de obras de diversos autores dos fenômenos concomitantes ao período analisado – em especial os de privatização e neoliberalismo – por meio de pesquisa e revisão bibliográfica em artigos, relatórios e demais produções técnicas e científicas (MARCONI; LAKATOS, 2010b).

O neoliberalismo no Brasil

De acordo com Coelho (2009), na virada da década de 1970 para 1980 o modelo de desenvolvimento econômico e social vigente dava sinais de esgotamento. As ideias liberais de outrora ressurgiram num ideário que se convencionou chamar de neoliberalismo. Este termo foi intensamente utilizado pela mídia e pelos políticos durante a década de 1990, sem que, no entanto, lhe fosse conferido um conteúdo preciso. Ainda segundo este mesmo autor:

A agenda neoliberal – colocada em prática, primeiro na Inglaterra e nos Estados Unidos, e posteriormente em diversos países do mundo,

inclusive sob governos socialistas, como o de Felipe González, na Espanha (1982-1996) – seria baseada no tripé: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados.

A inauguração de medidas neoliberais no Brasil nada teve de pioneiro, o país foi apenas mais um dentre tantos outros. Havia, inclusive, economias de transição do socialismo para o capitalismo se utilizando das mesmas referências neoliberais (MANTEGA, 2001).

Por aqui, o tripé do neoliberalismo avançou paulatinamente com a Nova República (1985) e fixou-se sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, com prioridade à estabilização monetária (SALLUM JUNIOR, 1999). Para Mantega (2001), além de buscar uma menor intervenção estatal e maior eficiência de mercado, o plano nacional objetivava atrair investimentos externos e equilibrar a balança de pagamentos.

Apesar de outros governantes também terem usado das mesmas estratégias macroeconômicas, foi Fernando Henrique quem acabou sendo atrelado de maneira negativa ao neoliberalismo devido ao jogo político-eleitoral.

As políticas econômicas de FHC

Do primeiro para o segundo mandato, Fernando Henrique admitiu certas mudanças nas prioridades das políticas econômicas (Tabela 1), causadas, principalmente, por instabilidades externas e consequências das medidas monetárias e econômicas implantadas anteriormente.

Tabela 1. Principais mudanças nos regimes de política econômica de 1994 a 2002.

	Primeiro Mandato	Segundo Mandato
Regime Fiscal	<p>Esforços de reforma estrutural e patrimonial no setor público, com apresentação de propostas legislativas e privatização;</p> <p>Introdução de medida de controle das finanças dos governos estaduais e municipais, com efeito estrutural, mas resultados não imediatos;</p> <p>Controle primário insuficiente: aumento do <i>déficit</i> primário;</p> <p>Aumento da despesa com juros, com instabilidade financeira.</p>	<p>Ajuste fiscal voltado para a geração de <i>superávits</i> primários, baseado em aumento de receitas e redução de despesas, com maior ênfase nas primeiras;</p> <p>Fadiga reformista, embora propostas importantes tenham sido implementadas (Lei de Responsabilidade Fiscal, fator previdenciário).</p>
Regime Monetário	<p>Subordinado à âncora cambial;</p> <p>Concentração monetária recorrente devido a choques externos.</p>	<p>Metas de inflação.</p>
Regime Cambial	<p>Câmbio administrado;</p> <p><i>Déficits</i> crescentes em conta corrente.</p>	<p>Flutuação suja;</p> <p>Reversão dos <i>déficits</i> em conta corrente.</p>

Fonte: Oliveira e Turolla (2003, p. 198).

O Plano Real, implantado por Fernando Henrique ainda no governo de Itamar Franco como Ministro da Fazenda, equilibrou a moeda no Brasil (chegando a valorizar quase 0,80 por dólar) e, conseqüentemente, elevou a renda disponível no país. Esse sucesso aumentou a demanda por importações, levando a um *déficit* na balança comercial já em novembro de 1994 (SALLUM JUNIOR, 1999).

De acordo com Leite Júnior (2009), as metas econômicas eram traçadas com base em um cenário internacional favorável, o que de fato não aconteceu. O país enfrentou a crise do México, em 1995, a crise do sudeste asiático, em 1997, e a da Rússia, em 1998, o que espantou os investidores estrangeiros. Nesse mesmo período, a tentativa de

reter o capital estrangeiro no país por meio da elevação das taxas de juros, às quais estava indexada uma parte da dívida pública, acabou auxiliando a elevação drástica da mesma. Para conseguir chegar ao final de 1998, o Brasil solicitou ao FMI um montante de US\$ 40 bilhões.

No início do segundo mandato, em 1999, uma das primeiras medidas de FHC foi a adoção do câmbio flutuante em detrimento do semiflutuante, juntamente com o Sistema de Metas de Inflação (política monetária dirigida pelo Banco Central para manter a inflação sob controle) para que o país pudesse dominar a inflação de acordo com metas previamente ajustadas (Figura 1).

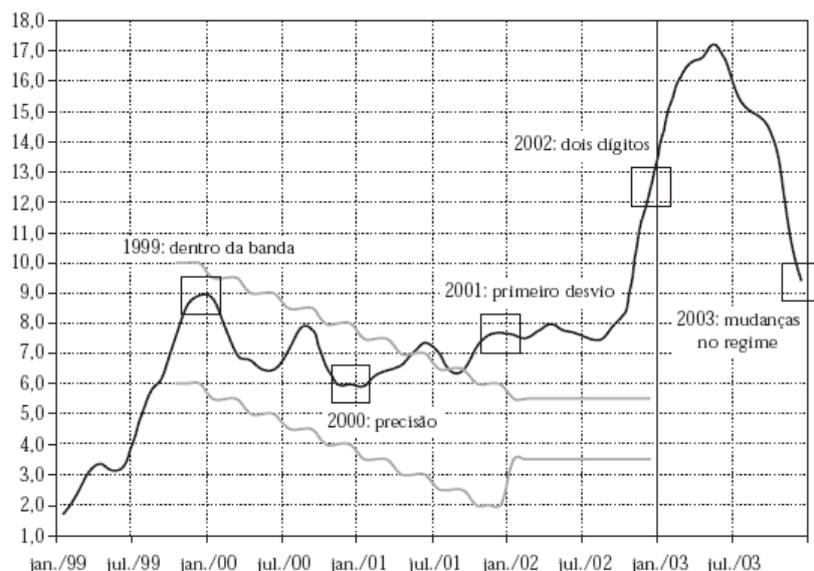


Figura 1. Cumprimento das metas de inflação, IPCA, variação percentual em doze meses (OLIVEIRA; TUROLA, 2003).

Para Leite Júnior (2009), apesar da pressão inflacionária, o efeito não foi tão terrível como temido e a balança comercial começou a se equilibrar novamente (Figura 2).

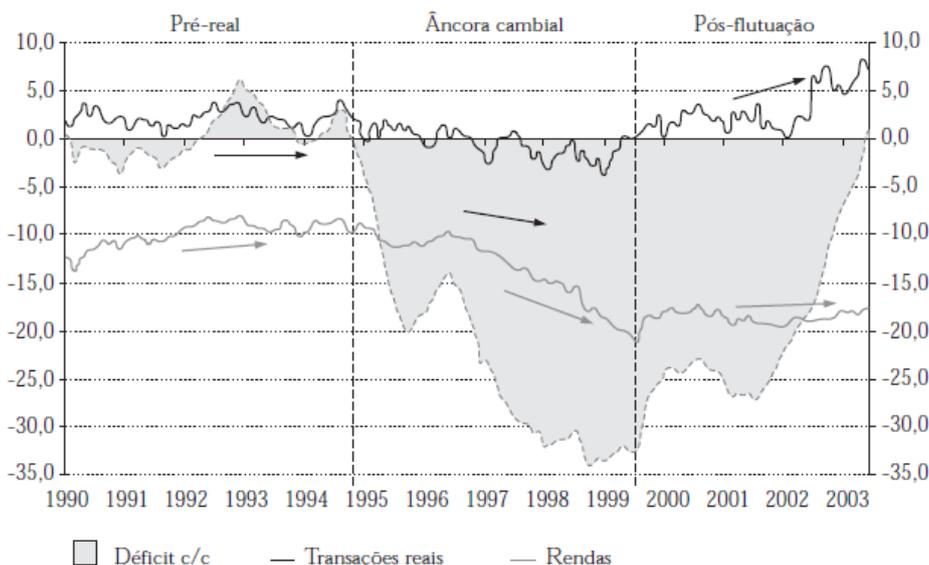


Figura 2. Saldo em transações reais e em rendas, em bilhões de dólares, acumulados em doze meses (OLIVEIRA; TUROLA, 2003).

Em 2001, quando o país dava sinais de retomada de crescimento do PIB, houve nova turbulência internacional, além dos atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA. Logo depois, o crescimento das intenções de voto em

Lula ajudou a amedrontar os investidores estrangeiros, temerosos que o novo governo fugisse das políticas econômicas e monetárias de até então, implantando as ideias pregadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante

décadas. Contudo, uma das características do governo Lula foi justamente manter a política macroeconômica anterior, amparado por uma equipe formada por competentes profissionais.

Apesar de muitos avanços, o endividamento externo e o crescimento econômico modesto foram pontos negativos do governo FHC. Seu primeiro mandato fechou com uma inflação média de 9,44% ao ano e um crescimento do PIB de 2,6% ao ano. O segundo mandato atingiu uma inflação anual média de 8,75% e 2,09% de crescimento médio ao ano (LEITE JÚNIOR, 2009).

As políticas de desestatização

Para suprir as demandas financeiras advindas de *déficits* e melhorar a eficiência da máquina pública, FHC intensificou as privatizações de empresas estatais.

A desestatização, de maneira geral, não só repassou ao poder privado empresas outrora estatais, mas também delegou a prestação de serviços públicos a outras redes. Nesse ponto, de acordo com Malmegrin (2010),

[...] o Estado encerra a prestação de serviços públicos, que era executado pela rede estatal básica, repassando essa atribuição para a iniciativa privada, isto é, realizando o que alguns chamam de terceirização ampla ou privatização. Mas o Estado passa a exercer um novo e recente papel, o de regulação, com novas figuras jurídicas denominadas agências reguladoras.

Nesse período houve a criação de várias agências incumbidas de regular setores que pertenciam anteriormente ao Estado, dentre elas, segundo Leite

Júnior (2009), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) e a Agência Nacional de Águas (ANA), que permanecem atuantes até hoje em seus respectivos setores.

De acordo com Pinheiro e Landau (1996), as privatizações são usualmente vistas como peças fundamentais de ajustes fiscais e recomenda-se que as receitas obtidas sejam convertidas em abatimento da dívida pública e não em financiamento do *déficit* público (despesas correntes). Segundo os mesmos autores, no Brasil a prática vinha servindo para o resgate da dívida interna.

Durante a era FHC, vários setores contaram com desestatizações, como petroquímico, financeiro, mineral, energético, de transporte e de telecomunicações, arrecadando cerca de US\$ 78 bilhões, sendo 95% em moeda corrente, e transferindo US\$ 15 bilhões em dívidas (LEITE JÚNIOR, 2009).

No setor de energia elétrica as empresas que seriam privatizadas passaram por um processo de melhora de qualidade para serem leiloadas, num total de 23 estatais. Após a transferência para o setor privado, houve significativa melhora na distribuição e fornecimento de energia no país, com menos interrupções e maior grau de confiabilidade na prestação de serviços (REIS et al., 2007).

As telecomunicações, a exemplo do setor elétrico, tiveram que sofrer adaptações antes da venda, como expansão e revisão de tarifas em prol da rentabilidade, segundo Mantega (2001). Para Coelho (2009), graças a essas privatizações (26 empresas e mais a Embratel, para chamadas de longa

distância), a quebra do monopólio estatal e a abertura das bandas de telefonia celular, os índices de atendimento com rede telefônica saltaram vertiginosamente e foi possível implantar a telefonia celular no país.

No setor financeiro, houve a privatização de várias instituições bancárias, contudo elas foram saneadas previamente, de modo a melhorar sua gestão. De acordo com Leite Júnior (2009), esse processo, que recebeu o nome de PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) para instituições federais e PROES (Programa de Incentivo de Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) para bancos estaduais, consistia basicamente em reestruturar bancos em situação precária para depois repassá-los à iniciativa privada. Era uma forma de dar robustez ao sistema financeiro nacional e, conseqüentemente, maior resistência a crises financeiras internacionais.

As privatizações seguiam o tripé neoliberal, apesar de controvérsias, e ajudavam a liberar o Estado da administração de vários setores, passando apenas a regulá-los, além de livrá-lo da ineficácia da administração pública que afetava diversas estatais.

Segundo Nunes e Nunes (1998),

Em 1994, o patrimônio líquido da União nas empresas federais somava cerca de US\$ 88 bilhões. Se todo esse patrimônio fosse vendido pelo seu valor contábil e usado para abater a dívida pública, seria possível ter uma economia líquida anual de 3,3% do PIB em despesas correntes. Considerando-se que a União teve retorno sob a forma de dividendos de apenas 0,4% do seu patrimônio aplicado nas empresas estatais no período 1988-94 e que o governo teve que

captar recursos no mercado para rolar sua dívida a taxas reais de 20% a 25% ao ano, a simples troca da totalidade das ações que a União detém nessas empresas por papéis da dívida pública pode produzir uma redução acumulada das suas necessidades de financiamento, cujo valor presente estimado [em 1998] chega a US\$ 36,9 bilhões.

De acordo com Leal (2005), as desestatizações contavam com o apoio da opinião pública e da mídia, mesmo quando grupos se manifestavam nas ruas contra o modelo neoliberal.

Vale salientar que as privatizações não cessaram com a saída de Fernando Henrique da presidência. Seu modelo econômico foi seguido posteriormente. Tal medida não se repetiu por comodidade financeira, mas sim pelo contexto histórico-econômico de cada privatização que, tal qual a série de desestatizações do período FHC, culminou na adoção da isenção por parte do governo de responsabilidade sobre empresas pouco eficientes que ocupavam servidores, tempo e, principalmente, recursos financeiros públicos. Também se tem como motivo para a continuidade das privatizações a incapacidade estatal de gerenciar setores importantes, especialmente infraestrutura.

Desconsiderando os fatores particulares de cada processo de privatização e as condições temporais peculiares, podemos verificar a extensão da continuidade da política econômica de FHC até os dias atuais, no governo de Dilma Rousseff, com a privatização de portos, aeroportos e rodovias.

Considerações finais

Com base no exposto, podemos calcular quão profunda foram às mudanças de ordem econômico-financeiras implementadas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Começando pela implementação de medidas esteadas em conceitos neoliberais como forma de organizar a economia, passando pelo controle da inflação, as reformas conquistadas com diálogo e apoio político, a adoção do câmbio flutuante, entre outros.

Apesar da elevação da dívida no período estudado, algumas medidas corretivas foram tomadas antes do término do mandato, como as tentativas de estímulo à exportação por meio de programas específicos, a intensificação de privatizações e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há de se considerar que os pilares econômicos que o ex-presidente construiu permanecem até hoje através da política macroeconômica aplicada pelos seus sucessores, que se utilizaram da mesma “receita” trocando apenas alguns “ingredientes” para se acomodar às mudanças inerentes aos períodos correspondentes, mas que dá, ao final, o mesmo “bolo” que antes fora criticado. Resta saber até quando a mesma receita será usada, já que números econômicos atuais revelam certo cansaço das adaptações feitas ao longo do tempo.

Tais ponderações levam a crer que o modelo econômico de FHC foi suficientemente adaptado por muito tempo e que, sendo de sua autoria, merece não só o reconhecimento pelos esforços e capacidade – sem falar dos resultados –, mas também a difusão das ideias de forma coerente e sensata, como forma de combater a demonização leviana das políticas de

outrora e mostrar respeito, sobretudo, para com o cidadão brasileiro, que sente rotineiramente até hoje os impactos das mudanças ocorridas por Fernando Henrique Cardoso, sejam elas positivas ou negativas.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <<http://pagupsol.org.br/textos/balanconeoliberalismoperryanderson.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

CARVALHO, M. A. de S. **Privatização, dívidas e déficit públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://nesfi.ufsc.br/site2010/uploads/arquivos/152794633_privatizacao%20e%20divida.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2011.

COELHO, R. C. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2009.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Revista Tempo Social**, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 de março de 2011.

FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economias e Sociedade**, n. 17, p. 81-111, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V10-F2-S17/04-Cristina%20e%20Daniela.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2011.

MALMEGRIN, M. L. **Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2010.

MANTEGA, G. **Relatório de pesquisa nº 53: o programa de privatizações brasileiro e sua repercussão na dinâmica econômica**. São Paulo: EASP / FGV / NPP, 2001. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle>

/10438/3195/Rel%2053-2001.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de março de 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

_____. **Técnicas de Pesquisa**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MELLO, M. F. Privatização e ajuste fiscal no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 24, n. 3, p. 445-518, dez. 1994. Disponível em:

<<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/800/739>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

NUNES, R. C.; NUNES, S. P. P. Privatização e ajuste fiscal: a experiência brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 17, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/110>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200001&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 de março de 2011.

LEAL, M. C. D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. **Revista Delta**, especial, v. 21, p. 73-92, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300006>. Acesso em: 17 de março de 2011.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2009.

OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. Política econômica no segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Revista Tempo Social**, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008>. Acesso em: 17 de março de 2011.

PAIVA, S. M. C. A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 22, n. 2, 1994. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewArticle/821>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

PINHEIRO, A. C. Impactos microeconômicos da privatização no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 23, n. 3, p. 357-398, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/744>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

_____; LANDAU, E. Privatização e dívida pública. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 26, n. 2, p. 41-66, abr. 1996. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/764/704>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

PIRES, H. F. Liquidações extrajudiciais, privatizações e globalização financeira no Brasil: a crise do setor público financeiro na era do Real. **Revista Ciência Geográfica**, n. 15, 2001. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/artigos/REVCINGEO.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

REIS, R. M. M.; TEIXEIRA, A. C. C.; PIRES, M. A. Os benefícios da privatização: evidências no setor elétrico brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 1, n. 1, p. 60-72, set.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.congressosup.fipecafi.org/artigos62006/283.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

SALLUM JUNIOR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v112/o_brasil.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2011.

SANCHEZ, O. A. A privatização do saneamento. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100011>. Acesso em: 16 de março de 2011.

SAURIN, V.; MUSSI, C. C.; CARDIOLI, L. A. Estudo do desempenho econômico das empresas estatais com base no MVA e no EVA. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 11, 1º trim. 2000. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C11-ART03.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

VELASCO JUNIOR, L. **A economia brasileira nos anos 90: privatização: mitos e falsas**

percepções. Brasília: BNDES, 1999. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_06.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2011.

WERNECK, R. I. F. Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 19, n. 2, p. 277-308, ago. 1989. Disponível em:

<<http://ideas.repec.org/p/rio/texdis/223.html>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2009.

Recebido em 2013-09-05
Publicado em 2014-04-13